



Instituto
Socioambiental

JUNTE-SE NA DEFESA DA DIVERSIDADE
SOCIOAMBIENTAL E AJUDE A GARANTIR
O FUTURO DAS NOVAS GERAÇÕES.

CLIQUE AQUI E FILIE-SE AO ISA!

OISA NOTÍCIAS CAMPANHAS & REDES MAPAS LOJA IMAGENS BLOGS APOIE CONTATO

BUSCAR

Início » Blogs » Blog do ISA » Na prática, proposta do governo Temer acaba com demarcações de Terras Indígenas

Na prática, proposta do governo Temer acaba com demarcações de Terras Indígenas

segunda-feira, 12 de Dezembro de 2016

Blog do ISA

Curtir 1,7 mil

Compartilhar

Tweetar

G+ 3

Share

Em editorial, o **ISA** critica o que seria o esboço das novas normas para alterar procedimento vigente hoje. Se oficializado, ele inviabiliza demarcações

Em se dando crédito **ao que informam os jornais**, o Ministério da Justiça estaria finalizando uma **proposta para alterar o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas**, atualmente regido pelo Decreto 1.775/1996.

A minuta que chegou à imprensa é uma aberração sem precedentes: em vez de viabilizar o mandamento constitucional de demarcar essas terras, cria uma longa série de restrições de direitos e de obstáculos incabíveis. Se editada, bem se poderia chamá-la de “decreto da covardia histórica”.

O direito territorial indígena é “originário”, ou seja, precede à instituição do próprio Estado brasileiro. A proposta do governo nega tal caráter, subordinando esse direito a quaisquer interesses incidentes sobre a área identificada como indígena.

Para tanto, distorce decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e destitui de direitos as comunidades expulsas das suas terras antes da promulgação da Constituição de 1988, consolidando os crimes praticados contra os índios durante a ditadura civil-militar instalada em 1964.

A eventual aplicação dessa proposta criaria a inusitada e absurda figura dos “índios sem-terra”. O inciso III do artigo 27 da minuta diz expressamente: “o direito à reparação, por meios que podem incluir a restituição ou, quando não for possível, uma indenização justa, imparcial e equitativa, pelas terras, territórios e recursos que possuíam tradicionalmente (...)”. A categoria “terras que possuíam” inexistia na Constituição e o que se cogita – pagar aos índios por áreas que não serão demarcadas – viola o domínio constitucional que a União detém sobre essas terras e as reduz à condição de mera mercadoria.

A proposta cria outra instância de decisão sobre as demarcações, retirando competências da Fundação Nacional do Índio (Funai) e inserindo no processo vários órgãos que desconhecem as demandas indígenas ou defendem interesses contrários. Com isso, as propostas de áreas a serem demarcadas seriam bombardeadas antes de chegar ao Ministério da Justiça. A introdução de novos procedimentos formais tornaria praticamente impossível a conclusão dos processos demarcatórios (já bastante demorados atualmente), além de oferecer ganchos e pretextos para paralisá-los em juízo.

A proposta do governo inclui a revisão de limites de terras já demarcadas que, por qualquer motivo, não tenham sido ainda registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e em cartório, subordinando-as aos novos procedimentos previstos, anulando etapas já cumpridas com base nas regras então vigentes e reabrindo conflitos já superados.

No entanto, a minuta sequer cogita uma solução para a real dimensão dos conflitos pendentes, como a indenização pela terra aos portadores de títulos legítimos, concedidos pelo próprio poder público e que incidam sobre áreas identificadas como indígenas. Hoje, a Constituição prevê apenas a indenização de benfeitorias realizadas de boa-fé.

Se publicada, a proposta do governo certamente será contestada no STF, assim como qualquer definição de limites de terras específicas que venha a ser prejudicada ou amputada por força da sua eventual aplicação. O Executivo estaria, ainda, sujeito a outros processos judiciais por omissão, uma vez que transferiria, na prática, para o Judiciário a solução do restante das providências demarcatórias a que está obrigado.

Enfim, a minuta divulgada é a pior proposta de normatização da demarcação de Terras Indígenas já formulada desde os tempos de ditadura. Ao que parece, o governo Temer trama, às pressas, a destruição do arcabouço legal construído durante o período democrático, antes dele próprio ajustar contas com a Justiça.



Localização



Programas

- Monitoramento de Áreas Protegidas
- Política e Direito Socioambiental
- Povos Indígenas no Brasil
- Rio Negro
- Vale do Ribeira
- Xingu
- Conferência do Clima 2015

Áreas Protegidas

Direitos Indígenas **Governo Temer**

Imagens:



Mobilização Nacional Indígena | Fábio Nascimento - MNI

Arquivo:

[proposta para alterar o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas](#)

Comentários

! O Instituto Socioambiental (ISA) estimula o debate e a troca de ideias. Os comentários aqui publicados são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião desta instituição. Mensagens consideradas ofensivas serão retiradas.

2 comentários

Classificar por **Mais recentes**



Adicionar um comentário...



Anna Probst · -- em Aposentada

O Temer pode tirar todos os cavalos da chuva porque isto ele não vai levar! Será que está querendo favorecer os amigos comunistas da vizinhança que tem interesse vital nessas nossas terras, principalmente as de Roraima onde estão as maiores e mais povoadas terras indígenas?

Curtir · Responder · **1** · 7 h



Paráclito Quito Brazeiro de Deus · Trabalha na empresa Advogado autônomo

De fato, trata-se de uma aberração sem precedentes, que pode ser alastrada também para terras de remanescentes de quilombos. Mas, esperar o que de um governo ilegítimo, que veio para "derreter" o pouco de bom que existia em muitas áreas das políticas públicas, em especial as que dizem respeito aos povos tradicionais...

Curtir · Responder · **3** · 17 h

Facebook Comments Plugin

Placar Terras indígenas

Identificadas	12
Declaradas	12
Homologadas	3

Dados referentes a 2016, desde 01/01/2016. Fonte: ISA

Placar Unidades de Conservação

Alterações de limites	3
Criadas	10
Novos conselhos	4

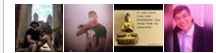
Dados referentes a 2016, desde 01/01/2016. Fonte: ISA

Instituto So...
132 m gostos

DE PEQUENOS DO POVO KISÉDJE DO XINGU

Gostar da Página

3 amigos gostam disto



Onde atuamos



Sobre o ISA

O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada

Especiais

Belo Monte, um legado de violações

Websites do ISA

→ Unidades de Conservação no Brasil

Publicações

→ Majariana – Na luta por um futuro melhor para os povos indígenas

em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Oscip – organização da sociedade civil de interesse público – com sede em São Paulo (SP) e sedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA).

Endereços do ISA

Altamira

Av João Pessoa, 3466

→ Jardim Independente II

Altamira , PA

68372-235

Boa Vista

Rua Presidente Costa e Silva, 116

→ Boa Vista , RR

69306-670

Brasília

SCLN, 210

→ Bloco C sala 112

Brasília , DF

70862-530

Canarana

Av. São Paulo, 202

→ Canarana , MT

78640-000

Eldorado

Rua João Carneiro dos Santos, 149,

casa 1

→ Cecap

Eldorado , SP

11960-000

Manaus

Rua Costa Azevedo, 272

→ 1° andar - Largo do Teatro - Centro

Manaus , AM

69010-230

São Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada, 70

→ Centro

São Gabriel da Cachoeira , AM

69750-000

São Paulo

Dezembro, 2016

Floresta de gente, floresta de semente

→ Novembro, 2016

Xingu Solar

→ Novembro, 2016

Pimenta Jiquitaia Baniwa para corpo e alma

→ Outubro, 2016

Belo Monte, O que fizeram de nós?

→ Setembro, 2016

→ Rede Rio Negro

→ Rede de Sementes do Xingu

→ RAISG

→ Radar Rio+20

→ Pro-Yanomami

→ Povos Indígenas no Brasil Mirim

→ Povos Indígenas no Brasil

→ Eu+Índio

→ De Olho nas Terras Indígenas no

→ Brasil

→ Circuito Quilombola

→ Campanha Y'katu Xingu

→ Campanha Cílios do Ribeira

→ Manual dos remédios tradicionais Yanomami

→ Cartografia dos sítios sagrados :

→ iniciativa binacional Brasil-

→ Colômbia / Primeiro informe de avanço

→ Mineração em Terras Indígenas na

→ Amazônia Brasileira 2013

→ MAKUCHANA: Em busca da

→ autonomia e sustentabilidade das Terras Indígenas do Taiano

→ Plantar, criar e conservar: unindo produtividade e meio ambiente

→ A política agrícola como vetor para a conservação ambiental

→ Circuito Quilombola

→ Planejamento territorial

→ Participativo

→ Inventário Cultural de Quilombos do

→ Vale do Ribeira

mais

mais

Av. Higienópolis, 901



SL 30

São Paulo, SP

01238-001



Copyright © 2016, ISA - Instituto Socioambiental